



SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE - CPIMJAE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado, por esta CPI, moção de recomendação ao Excelentíssimo Presidente Rodrigo Pacheco para que a votação do PL 2234/2022 seja suspensa até que o cenário das apostas esportivas online seja devidamente ajustado e regulamentado.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Manipulação de Resultados, tem se debruçado sobre os impactos negativos das apostas esportivas online no Brasil. O crescente mercado de apostas, embora promissor em termos de arrecadação e entretenimento, tem revelado uma série de mazelas que afetam diretamente a sociedade brasileira. A prática de manipulação de resultados, em particular, tem sido um dos focos principais das investigações, demonstrando como essa atividade pode comprometer a integridade dos eventos esportivos.

Além da manipulação de resultados, a CPI identificou que as apostas esportivas online têm provocado uma série de problemas sociais e econômicos. Entre os principais impactos está o comprometimento da saúde mental dos cidadãos, com um aumento significativo nos casos de vício em jogos de azar. Tal



vício não apenas afeta a saúde dos indivíduos, mas também tem repercussões em suas famílias e na sociedade como um todo, incluindo um aumento nos casos de violência doméstica.

No âmbito econômico, a transferência de receitas do comércio e da indústria para a jogatina internacional é alarmante. Estima-se que bilhões de reais estejam sendo desviados de setores produtivos da economia nacional para plataformas de apostas estrangeiras, o que agrava a situação econômica de diversas empresas e contribui para o aumento do desemprego e da precarização das relações de trabalho. Esse fenômeno de transferência de riqueza é um ponto crítico que merece atenção urgente das autoridades competentes.

Outro aspecto relevante é o superendividamento das famílias brasileiras. Com a facilidade de acesso às plataformas de apostas, muitos cidadãos têm comprometido suas finanças pessoais, resultando em dívidas impagáveis e em um ciclo de pobreza que afeta não apenas os indivíduos, mas também a economia do país. A falta de regulamentação adequada das apostas esportivas exacerba esses problemas, uma vez que não há mecanismos eficazes para proteger os consumidores e mitigar os riscos associados ao vício em jogos de azar.

Diante desse cenário preocupante, a proposta de votação do Projeto de Lei 2234/2022, que visa regulamentar jogos como cassinos, bingos, vídeo bingos e o jogo do bicho, suscita um debate ainda mais complexo. A introdução desses jogos no mercado, sem que as apostas esportivas online estejam devidamente regulamentadas, pode agravar ainda mais os problemas já identificados pela CPI. A ausência de um marco regulatório sólido para as apostas de quota fixa torna o ambiente ainda mais incerto e potencialmente caótico.



Portanto, o requerimento proposto busca que a CPI emita uma moção de recomendação para que a votação do PL 2234/2022 seja suspensa até que o cenário das apostas esportivas online seja devidamente ajustado e regulamentado. A intenção é garantir que o melhor interesse da nação seja preservado e que medidas sejam tomadas para mitigar os impactos negativos das apostas na sociedade brasileira.

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 2024.

**Senador Eduardo Girão**  
**(NOVO - CE)**

